

REPENSANDO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Ciro Flammarion Cardoso ¹

RESUMO

Este artigo mostra que as concepções contemporâneas a respeito do espaço, do território ou da região estão relacionadas - mesmo se indiretamente - ao conceito de espaço tal como definido nas teorias atuais das ciências naturais, isto é, a noção da inexistência de um espaço absoluto, independentemente de conteúdos e processos. Discutem-se ainda noções antropológicas recentes acerca da espacialidade, bem como aquelas derivadas da idéia de uma economia global: de que maneiras tais tendências mudam a perspectiva do espaço que possa ter o historiador?

Palavras-chave: espaço; epistemologia e teoria da história; antropologia; globalização.

1

É provável que a noção de espaço tenha sido percebida pelos seres humanos antes da de tempo. As línguas mais antigas que nos deixaram documentos - o sumério, o egípcio, o acádio e outros idiomas semíticos antigos - tendem a espacializar o tempo. O egípcio tardou bastante até mesmo a desenvolver um sistema verbal baseado na noção de tempo: de início, predominava em forma absoluta a noção de *aspecto* verbal, que distinguia o perfectivo (ações completas), o imperfectivo (ações em ato ou reiteradas) e o prospectivo (ações que são suscetíveis de vir a ocorrer). Mesmo hoje em dia, qualificamos em português o tempo como “curto” ou “longo”, isto é, com um vocabulário espacial. Podemos até mesmo dizer “um *curto espaço* de tempo”, que um evento “ficou *para trás*” ou está “*a grande distância* no tempo”, por exemplo. Em inglês, doravante se diz

¹. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense.

thereafter (e, não, *thenafter*), sempre é *always* (= *all ways*, literalmente “todos os caminhos”, talvez no sentido de “percorrendo todo o caminho”: metáfora espacial e, não, temporal).

Sendo assim, pode parecer assombroso que, na filosofia ocidental, desde Leibnitz a noção de tempo tenha tomado a dianteira sobre a de espaço.² Mesmo se a relatividade as torna inseparáveis em princípio, posto que existem como espaço-tempo indissolúvelmente, isto não impediu a primazia da temporalidade em muitas das elucubrações feitas a partir das teorias relativista e quântica: as de Ilya Prigogine, por exemplo.³

Num prólogo à obra de Max Jammer, escreveu Albert Einstein que o tempo e o espaço absolutos do sistema de Newton, embora tenham sido criticados com razão por Huygens e por Leibnitz, na época eram a única solução possível e frutífera, já que, antes de desenvolver-se a noção de campo como conceito central da física, sob a influência de Faraday e de Maxwell, não havia como criticar a visão newtoniana a respeito de um modo operacional. Como as leis do campo são covariantes, isto é, independentes de uma escolha particular do sistema de coordenadas, tornam-se desnecessárias as hipóteses de um tempo absoluto e de um espaço absoluto. O que constitui o caráter espacial da realidade é, então, simplesmente a tetradimensionalidade do campo (as três dimensões espaciais e a dimensão temporal): não há espaços vazios que existam por si mesmos na ausência de um campo.⁴

Poder-se-ia perguntar se o que a ciência contemporânea acha a respeito do espaço é pertinente para a sua construção nas ciências sociais e humanas. Minha opinião é que sim, como já escrevera antes sobre o tempo, mas de modo indireto e, às vezes, com atraso considerável em relação às descobertas das ciências naturais:

A revolução trazida ao pensamento científico por teorias como a relatividade e a mecânica quântica não se limita (...) a [seus] aspectos (...) específicos. Modifica toda a visão de mundo e, por conseguinte, provoca também transformações radicais nas tendências da filosofia das

² JAMMER, Max. *Conceptos de espacio*. Trad. de Daniel Cazes. México: Grijalbo, 1970, p. 23. A edição original em inglês é de 1954.

³ PRIGOGINE, Ilya. *O nascimento do tempo*. Trad. de João Gama. Lisboa: Edições 70. 1990 (a edição original em italiano é de 1988); do mesmo autor: “Origins of complexity”. In: FABIAN, A. C. (org.). *Origins*. The Darwin College lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 69-88.

⁴ EINSTEIN, Albert. “Prólogo”. In: JAMMER, Max, *op.cit.*, pp. 11-17.

ciências, fortalecendo ou, pelo contrário, enfraquecendo ou destruindo escolas de pensamento anteriormente existentes, provocando o aparecimento de correntes novas (...). Tudo isto cria um ambiente geral de pensamento - em termos globais e também quanto a problemas específicos, como o do tempo que nos ocupa agora - que não pode deixar de influir sobre os historiadores, os quais forçosamente participam da visão de mundo de sua sociedade e de sua época, nas suas múltiplas variantes.⁵

O que eu dizia em 1988 sobre o tempo, estendo-o agora ao espaço. E passo a exemplificar.

Em 1976, o geógrafo francês Yves Lacoste criticou radicalmente o conceito de região tal como fora herdado de Vidal de La Blache: teríamos, nele, um “conceito-obstáculo”, pelo fato de privilegiar explicitamente uma das formas possíveis de cortar o espaço e, implicitamente, por dar a impressão de que não há outras. A realidade social evocada no espaço - e isto seria ainda mais verdadeiro no mundo contemporâneo - exigiria o reconhecimento de espacialidades diferenciais, cujas dimensões e significados variam, cujos limites se superpõem e se recortam, de tal modo que, num ponto qualquer do planeta, não estaremos no interior de um mas, sim, de diversos conjuntos espaciais definidos segundo variáveis também diversas. Regiões unívocas, definidas de uma vez para sempre, deveriam deixar-se de lado em favor de regiões operacionais de diferentes tipos, com dimensões e significados variáveis e complementares.⁶ Em minha opinião, a crítica de Lacoste refletia, na geografia humana, a décadas da descoberta de Einstein - cuja exposição da relatividade, em duas etapas, fez-se em 1905-1916 -, o fato de que a teoria relativista terminara por implantar firmemente na cultura do nosso século a noção de que não há espaço absoluto: existem espaços que só se configuram e podem ser definidos em função de seus conteúdos específicos.

⁵. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 37.

⁶. LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: François Maspero, 1976, pp. 49-72 e 163-174. Tentei tirar as conseqüências dessas idéias para a história regional em: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 72-78; CARDOSO, Ciro Flamarion. “Regional history”. *Bibliotheca Americana* ((Miami: University of Miami at Coral Gables). Vol. 1, nº 1, 1982, pp. 1-8.

Ao referir-me, dez anos atrás, à noção de tempo, mostrei que o marxismo tinha coisas extremamente interessantes a dizer a respeito. Hoje em dia há uma forte tendência a arregalar os olhos quando alguém fala nisso: “Como, você ainda presta atenção a tais velharias?!” Mais forte ainda é a noção de que, em especial, toda a reflexão feita na União Soviética em termos do materialismo dialético e do materialismo histórico foi simples imposição do sistema e, por tal razão, tendeu a desabar como um castelo de cartas uma vez desaparecido o poder soviético.⁷ É verdade que houve por lá muita coisa escrita de baixíssimo nível: mas não tudo, como aliás foi bem mostrado pelo pesquisador norte-americano Loren Graham, historiador da universidade de Columbia, em Nova Iorque, em livro de 1972.⁸

No tocante à questão do espaço-tempo, mais pertinentes do que os escritos soviéticos foram as idéias do alemão oriental Robert Havemann, professor em Leipzig, em conferência de 1963. Completando a observação de Friedrich Engels de que espaço e tempo não existem em si mas, sim, unicamente como “formas de existência da matéria” - o que, diga-se de passagem, era muito mais compatível com a futura teoria da relatividade do que a maioria do que se escrevia a respeito num século XIX ainda basicamente newtoniano (e kantiano) -, Havemann propõe considerar também espaço e tempo como “formas da percepção” presentes na natureza. Primeiro surgiu a forma perceptiva espacial, posto que a capacidade de orientar-se nas conexões espaciais precede o domínio da memória sobre sucessões temporais. A orientação espacial desenvolveu-se acompanhando o desenvolvimento do órgão que proporciona informações sobre as relações espaciais, o olho: mas a elaboração dessas informações supõe um modelo específico da realidade, que varia de espécie a espécie. Com o desenvolvimento, posterior na história da vida na Terra, das conexões temporais e da possibilidade de elaborá-las no cérebro, surgiram modelos espaço-temporais da realidade, diferentes aliás de uma espécie a outra.

⁷. Para a visão de um historiador a respeito de tais questões, ver: GUREVICH, Aaron I. “The double responsibility of the historian”. In: BÉDARIDA, François (org.). *The social responsibility of the historian*. Providence (Rhode Island)/Oxford: Berghahn Books, 1994, pp. 65-83.

⁸. GRAHAM, Loren R. *Ciencia y filosofía en la Unión Soviética*. Trad. de Máximo Cajal. Madrid: Siglo XXI de España, 1976 (a edição original em inglês é de 1972). Um dos últimos esforços filosóficos soviéticos no campo da física foi: OMELYANOVSKY, M. E. *Dialectics in modern physics*. Moscou: Progress Publishers, 1979 (a edição original em russo é de 1977).

A finalidade de Havemann é demonstrar que o modelo espaço-temporal não constitui mera criação ou construção arbitrária humana, nem uma forma *a priori* de percepção própria dos humanos, à maneira de Kant: é “um êxito pré-social da vida”, variável em suas manifestações, entretanto, conforme as espécies. O espaço “psicológico” dos humanos não coincide com o euclidiano, ainda menos com o da física clássica ou da relatividade: ele é, por exemplo, anisótropo, já que a consciência humana estima diferentemente as dimensões horizontais e verticais (aquelas bem abaixo destas). A anisotropia dessa percepção - ligada às especificidades da história evolutiva da humanidade - desempenha um papel importante nas representações espaciais: arte, arquitetura; e, embora não o diga Havemann, também no recorte analítico do espaço em regiões. Isto abriria interessantes disquisições acerca das construções espaciais nas ciências sociais e humanas.⁹

Mais perto de nós em suas preocupações - mas ainda no interior do marxismo -, um dos poucos pensadores latino-americanos a manifestar um interesse especial na construção do espaço em história foi o argentino Sergio Bagú. Sendo um historiador, sua tendência foi a subordinar a visão espacial à temporal, ao contrário do que fazem os geógrafos. Para Bagú, “o espaço é o tempo organizado como raio de operações”. Os elementos que agem nos ciclos sociais precisam da distância fisicamente mensurável para funcionar. O espaço social é uma realidade relacional que ocupa um espaço que é possível medir, e delimita concretamente a integração funcional da realidade social; o espaço social, por sua vez, apóia-se num outro espaço mensurável, o espaço físico. O espaço social seria

...a superfície mensurável em que operam desde uma realidade relacional mínima (um encontro transitório entre duas pessoas) até outra, máxima (um macrossistema social internacional, como pode ser o mercado

⁹. HAVEMANN, Robert. *Dialéctica sin dogma*. Ciencia natural y concepción del mundo. Trad. de Manuel Sacrostan. Barcelona: Ariel, 1967, pp. 46-61. Bastante semelhante à visão de Havemann é: LEAKEY, Richard. *The origin of humankind*. New York: Harper Collins, 1994, pp. 101-157.

contemporâneo de um produto que abarque grandes zonas de todos os continentes).¹⁰

Um problema na construção como conceito do espaço social é que achamos muito difícil distinguir a realidade do mundo relacional e a do mundo físico: as pessoas tendem a considerar o social e o homem como coisas entre as outras coisas do mundo. Para Bagú, sociedade e sistema social global nacional não coincidem: ele chama sociedade tal sistema, mais a população, mais os recursos. Os sistemas sociais articulam-se desde algo menor que o sistema global nacional (este último na verdade integra vários sistemas regionais) até sistemas sociais internacionais que podem ser muito vastos. O sistema social, ou espaço social, em qualquer de seus recortes, seria formado pelo entrecruzamento de ciclos - antigos ou recentes, curtos ou longos - que atuam num dado espaço fisicamente mensurável: ciclos que, em suas relações mútuas, formam o sistema.¹¹

Partindo deste preâmbulo de caráter geral, vou doravante circunscrever a discussão a dois temas, duas maneiras em que as reflexões contemporâneas podem incidir sobre as formas de conceituar e delimitar o espaço em história: alguns dos aportes antropológicos; e a incidência das noções acerca do que se costuma chamar de “globalização”.

2

Existe uma interessantíssima antropologia do espaço que, há já bastante tempo, deveria ser sido acompanhada tão de perto pelos historiadores quanto se interessaram por outras formas do pensamento antropológico (a geertziana, por exemplo).

Para André Leroi-Gourhan, o fato de ser humano tem mais a ver com a domesticação do tempo e do espaço do que com a fabricação de instrumentos. Ele entendia tratar-se de uma domesticação simbólica: o tempo e o espaço vão sendo progressivamente - e em modalidades diversas - inseridos no “dispositivo simbólico de que a linguagem é o instrumento principal”; ou seja, dá-se uma apropriação deles por meio dos símbolos. “Domesticar” foi empregado com uma intenção precisa:

¹⁰. BAGÚ, Sergio. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, p. 114.

¹¹. *Idem, ibidem*, pp. 113-115.

para designar a criação de um espaço e um tempo controláveis, humanizados, “na casa” (*domus*) e partindo da casa.¹²

Em texto que pareceu surgir como uma reação a Jack Goody, mais do que por influência de Leroi-Gourhan, Peter Wilson desenvolve a tese de ter ocorrido, a partir do Neolítico, uma domesticação (num sentido, também neste caso, etimologicamente ligado a *domus*) da espécie humana. O que ele quer dizer é que a primeira verdadeira alteração da paisagem do mundo e um (ou o) ponto de inflexão cultural marcante foi “a adoção da arquitetura” a partir do Neolítico, isto é, a construção planejada de abrigos permanentes, em contraste com as frágeis cabanas dos caçadores-coletores.¹³ A partir daí é que se funda de verdade a vida em comunidade e surgem as condições do *político*, da separação entre o público e o privado: pois a casa é abrigo de pessoas, mas também, barreira entre pessoas, bem como entre estas e o meio ambiente natural. Na casa e mais em geral na arquitetura configura-se, outrossim, um modo de comunicação e armazenagem de informação (aqui, sente-se passar uma aragem que rescende a Clifford Geertz), bem como uma ferramenta do pensamento.¹⁴

Como se pode notar nestes escritos, o seu resultado seria uma espécie de “culturalização” da noção de espaço, por caminhos semióticos. Como há mais tempo e com mais frequência vem sendo feito em relação à noção de tempo, as construções espaciais apareceriam, neste modo de ver, como algo que varia no tempo e no espaço, acompanhando as variedades culturais, e se insere nas formas mais gerais de comunicação e pensamento.¹⁵

Passarei agora a expor as idéias do antropólogo francês Marc Augé a respeito do espaço: menos genéricas do que as anteriormente

¹². LEROI-GOURHAN, André. *Le geste et la parole*. La mémoire et les rythmes. Paris: Albin Michel, 1975, pp. 139-140.

¹³. Os pontos de referência de Wilson parecem ser caçadores-coletores do tipo dos bosquímanos, dos australianos ou dos pigmeus Ba-Mbuti. Mas alguma dúvida sobre a generalização nos virá se recordarmos os vastos abrigos - sem dúvida possível permanentes e planejados - dos caçadores paleolíticos de mamutes da Ucrânia, por exemplo: cf. KLEIN, Richard G. *Ice-Age hunters of Ukraine*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1973, pp. 68-71, 89-109.

¹⁴. WILSON, Peter J. *The domestication of the human species*. New Haven/London: Yale University Press, 1988, p. 151-152 sobretudo.

¹⁵. Quanto ao tempo encarado assim, ver por exemplo: WHITROW, G. J. *O tempo na história*. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

resumidas, centram-se na vontade de entender o contraste entre as espacialidades modernas e “supermodernas” (termo que Augé propõe como o lado positivo daquilo que, negativamente, é conhecido como “pós-moderno”).

Refletindo em forma geral acerca do espaço e sua categorização no mundo de hoje, teríamos segundo Augé uma situação paradoxal. A Terra é vista do espaço como pequena bola colorida: algo distante, insignificante. Ao mesmo tempo, porém, o nosso mundo - tornado pequeno pelas comunicações instantâneas e pelos transportes rápidos - é superabundante em espaço, posto que todo o espaço do planeta está virtualmente aberto às pessoas. A supermodernidade torna difícil a apreensão do espaço, devido a tal superabundância. Nele, os pontos de referência culturais não deixam de existir; mas o espaço se complica e se relativiza. Surge a estranheza, aparece a alteridade, mesmo porque ainda não conhecemos bem a dialética globalidade/particularismos, nem a organização espacial específica da supermodernidade (domínio em que, precisamente, Augé oferece suas hipóteses principais).

Em Antropologia, o *lugar* define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição - não importa se central, intermediária ou periférica - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído.

O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu.

Lugar é a idéia, parcialmente materializada (porque em parte inscrita concretamente no espaço, no território), que os habitantes têm de suas relações com seu território, com suas famílias e com os outros. Tal idéia é variável em parte, segundo as posições que indivíduos e grupos ocupam no sistema; e pode ser transformada em mitologia. Mas provê e impõe um conjunto de referências que, ao desaparecer, é de difícil substituição.

O lugar antropológico é geométrico, mapeável por meio de linhas (vias ou eixos), intersecções de linhas (esquinas ou encruzilhadas; espaços abertos: lugares de passagem ou reunião como, por exemplo, um

mercado) e pontos de intersecção (edifícios como um templo ou igreja, monumentos diversos). Os três elementos se superpõem em parte: assim, por exemplo, um caminho pode ligar monumentos entre si ou pelo menos passar por eles.

A modernidade não anulou os lugares assim definidos: concebeu a si mesma como um presente que supera mas também reivindica e incorpora um passado, reconcilia-se com ele, integra-o a si. Embora Augé não o analise, acho que a própria modernidade também foi criadora de novos lugares antropológicos, além de integrar a si aqueles que o passado pré-moderno criara.

Augé define um *não-lugar* como um espaço organizado que não garanta identidade, relações e história.

As hipóteses centrais de nosso antropólogo acerca da supermodernidade são duas: ela produz não-lugares; e não integra a si os lugares antropológicos que o passado criou, os quais são especializados, delimitados, transformados em “lugares da memória” que funcionam como símbolos da alteridade do passado em relação ao mundo de hoje, não de sua integração ou absorção ao presente

A distinção entre lugares e não-lugares parte de uma oposição entre *lugar* e *espaço* como Augé usa tais noções (diferentemente de como o faz, por exemplo, Michel de Certeau tendo Merleau-Ponty como base filosófica).¹⁶ O lugar é, para Augé, antropológico, no sentido de ser estabelecido mas também simbolizado. Com efeito, inclui na noção de lugar antropológico os discursos nele circulantes e a linguagem que o caracteriza, bem como os movimentos nele realizados. E o termo “espaço” foi por ele tomado na maneira funcional, estereotipada, que achamos em expressões como “conquista do espaço”, “espaços de lazer” etc., maneira que designa o espaço sem simbolizá-lo de um modo que garanta identidade, relações e história.

Ao falar dos não-lugares, entenda-se que a expressão designa duas realidades complementares mas diferentes: um espaço formado em relação com certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer); e as relações que indivíduos mantenham com este espaço. As duas realidades se superpõem em parte; mas mesmo se, oficialmente, o indivíduo é que viaja, compra ou experimenta o lazer, os não-lugares servem de suporte a numerosas relações consigo mesmo e com outros *que só indiretamente estão ligadas às finalidades precípuas ou “oficiais” dos não-lugares.*

¹⁶. Ver, por exemplo: CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.

O lugar antropológico cria o que é organicamente social; o não-lugar cria uma contratualidade solitária estabelecida pela mediação de palavras, signos e textos. Pois os não-lugares abundam em “instruções para uso” que podem ser prescritivas (“vire à esquerda” numa rua ou estrada), proibitivas (“proibido fumar”) ou informativas (“A companhia aérea X anuncia a partida do vôo...”). Tanto faz que as instruções apareçam em palavras ou em signos icônicos, por exemplo. O que de fato importa é que os indivíduos interagem, não uns com os outros, nesses não-espacos; mas, sim, com textos propostos por instituições ou pessoas morais (aeroportos, linhas aéreas, empresas, polícia, poder municipal etc.), embora quais sejam elas possa ser ou não explicitado.

Vivemos num mundo em que as pessoas nascem em clínicas e morrem em hospitais - não, nos dois casos, em casas. Um mundo em que proliferam pontos de trânsito e residências temporárias: estas últimas podem ser luxuosas (cadeias de hotéis ou *spas* intercambiáveis, clubes de férias ou de lazer) ou desumanas (favelas, campos de refugiados). No mundo de hoje existe, também, uma densa rede de meios de transporte que multiplica não-lugares: estradas de alta velocidade que evitam e escondem as aglomerações humanas, aeroportos, cabines de avião ou de trem, interiores de automóveis. Os frequentadores de supermercados, bancos 24 horas e máquinas caça-níqueis comunicam-se por gestos, sem palavras ou com um mínimo de palavras. E, além dos não-lugares físicos, há o que poderíamos chamar de não-lugares virtuais: as pessoas passam muitas horas diante de tubos catódicos de televisão ou de microcomputador.

Lugares e não-lugares são como polaridades opostas. Os primeiros nunca são de todo apagados, os segundos não chegam a tudo invadir. Lugares no sentido antropológico podem constituir-se pelo menos parcialmente nos não-lugares, humanizando-os e tornando-os menos assépticos, impessoais e solitários.

Nos não-lugares, a solidão acompanha-se de uma perda de verdadeira identidade. Cada indivíduo é simplesmente um dentre vários e anônimos passageiros, clientes, pacientes, motoristas etc. A identidade reafirmada nos pontos e momentos de controle perde-se a seguir, quando se torna só um dentre muitos que absorvem as mesmas mensagens-instruções, obedecem aos mesmos códigos e estímulos. *O espaço do não-lugar não cria identidade singular, nem relações: cria solidão e similitude.* Também não há campo, nele, para a história, a não ser que tenha sido transformada em espetáculo para consumo. Outrossim, os

folhetos turísticos vendem imagens de exotismo; mas, ao comprar tal imagem e embarcar na viagem, o turista freqüentará na verdade, em seu ponto de destino pretensamente exótico, não-lugares intercambiáveis com aqueles que conhece em seu próprio país: ver-se-á num presente perpétuo e num perpétuo encontro com sua própria solidão.¹⁷

No texto de Augé estão presentes elementos que permitiriam uma categorização do espaço - distinguindo as situações pré-moderna, moderna e supermoderna - e, eventualmente, o recorte espacial para análise segundo os critérios aplicáveis às três situações. Tal recorte indicaria uma relação lugares antropológicos/espacos mais simples no primeiro caso, já mais complicada no segundo, extremamente heterogênea quanto à supermodernidade. Seria também preciso indagar se, num país como o nosso, as pessoas se relacionam com o que para o antropólogo francês são não-lugares de modo análogo ao que caracteriza países como a França ou os Estados Unidos, por exemplo, ou se, entre nós, é mais freqüente - creio que sim - a transformação em lugares do que seriam virtualmente não-lugares. Isto chama a atenção para um defeito das interessantes construções de Augé: elas percebem o sujeito unicamente no nível individual. Assim sendo, as forças que regem o que chama de supermodernidade se tornam esfumadas, difusas, difíceis de captar em detalhe. Talvez por esta razão, na verdade, em minha opinião, o seu conceito de lugar antropológico não só é mais interessante como poderia ser mais operacional para o historiador do que a noção de não-lugar, por mais que esta última permita descrever alguns aspectos relevantes do mundo de nossos dias, em especial nas regiões de capitalismo mais avançado.

3

Passarei agora a considerar uma temática bastante ligada à de Augé, ao indagar de que modo as reflexões atuais acerca da globalização - ou, mais exatamente, do que se poderia chamar de dialética da globalização e da pulverização - podem incidir nas formas de categorizar

¹⁷. AUGÉ, Marc. *Non-lieux*. Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Seuil, 1992.

o espaço e recortá-lo para análise. Não me cabe aqui, porém, estudar em si as multiformes caracterizações que se podem achar hoje em dia acerca do que é chamado diversamente de “globalização”, “revolução informacional”, “paradoxo global” etc.¹⁸

A “globalização” acentua a heterogeneidade - mesmo nos países mais desenvolvidos - pelo fato de tender a formar bolsões prósperos de alta produtividade, alta tecnologia e intensa integração ao resto do mundo, contrastando com outras áreas menos dinâmicas. O contraste é especialmente marcado no interior dos países menos avançados econômica e tecnologicamente. Os desníveis de desenvolvimento dentro das fronteiras de um mesmo país não são, é claro, uma novidade: mas o que parece ser certo é que, nas novas condições, eles se intensifiquem. Há quem fale na emergência de um “arquipélago de alta tecnologia”, ou de “tecnopólos”: o condado de Orange, na Califórnia, Osaka, no Japão, a região de Lyon, na França, a do Ruhr, na Alemanha, as de Cantão e Hong Kong, na China, e outras zonas similares, num mundo em que as decisões de nível mais alto já não dependerão dos governos estatais mas, sim, de companhias transnacionais em aliança com os diversos sistemas locais de poder presentes no “arquipélago” em questão, espalhados pelo mundo, que em alguns casos teriam a possibilidade até de virem a configurar cidades-Estados independentes. Em suma, as redes formadas pelas empresas transnacionais estariam ignorando crescentemente o sistema de nações-estados e suas fronteiras.

Ao longo do século XX, o número de países independentes triplicou. Esta é uma tendência que deverá continuar no futuro previsível. Acompanhada, crêem alguns, da diminuição radical dos poderes efetivos dos governos centrais de tais países. Já hoje, a facilidade com que os capitais se transferem de um lado a outro, por exemplo, mostra a existência de fatores que tais governos não controlam cabalmente. No entanto, não acredito na tendência ao recuo dos poderes estatais como algo absoluto. Por uma simples razão: inexistente uma alternativa efetiva ao sistema estatal para efetuar as negociações internacionais imprescindíveis, estabelecer e implementar políticas de todo tipo, levar a cabo as mobilizações julgadas necessárias. Parece também claro que numerosos

¹⁸. Uma das análises a respeito mais inteligentes e menos levadas em consideração nos debates que conheço é: LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

governos continuarão contestados em sua legitimidade por movimentos dissidentes ou separatistas poderosos - como hoje ocorre na Argélia, no Egito, na Espanha e na Bélgica, por exemplo - e também que a capacidade dos estados para implementar efetivamente suas políticas continuará tão variável quanto sempre foi.

Dito isto, é preciso reconhecer o surgimento de um fenômeno novo: diante da falta de interesse estatal em lidar com assuntos delicados (práticas de tortura e genocídio por agentes governamentais ou por ocasião de guerras como a que ensanguentou a antiga Iugoslávia, problemas ecológicos, infância abandonada etc.), também porque muitos desses assuntos envolvem necessariamente uma cooperação internacional que os governos e a própria ONU não têm sabido realizar a contento, proliferaram nesta segunda metade do século XX as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs). De caráter multinacional, fazendo uso das possibilidades abertas pelas redes interativas e outras formas atuais de comunicação instantânea, elas têm agido como forças de pressão sobre os Estados contra testes atômicos, sobre empresas que agridem o meio-ambiente, em programas assistenciais diversos e em muitas outras áreas. É freqüente que tenham uma imagem positiva, que se deve a algumas das mais conhecidas e sérias, como a Greenpeace e a Anistia Internacional. Mas não se deve esquecer que formam grupo muito heterogêneo: há, por exemplo, uma multidão dessas organizações de tipo claramente corporativo (ligadas, por exemplo, a determinadas profissões); ou, mesmo, aquelas vinculadas a idéias e políticas de extrema direita. Pode-se prever a permanência destas organizações como um dos elementos da política nas próximas décadas.¹⁹

Passando à questão da categorização e do recorte do espaço para análise, convém recordar que uma das maneiras mais correntes de abordar este tema diante dos fenômenos vinculados à globalização é através da noção de que tais fenômenos desarticulam o território ou até mesmo o

¹⁹. Acerca das discussões sobre a globalização em parte resumidas acima, ver: KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993; IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992; WITKOWSKI, Nicolas (org.). *Ciência e tecnologia hoje*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ensaio, 1995; JAMESON, Fredric. "O pós-modernismo e a sociedade de consumo". In: KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Teorias e práticas. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 25-44 (em especial, para os problemas da espacialidade, pp. 34-39).

negam como algo importante: daí se falar de *desterritorialização*. Trata-se, com frequência, de uma visão pós-moderna a respeito, cujo resultado consiste em proclamar o fim da possibilidade de pensar o espaço ou o território em si: ele agora apareceria unicamente como um texto a interpretar.²⁰

Não compartilho de tal opinião. Seu melhor crítico, a meu ver, é o geógrafo Milton Santos. Na verdade, a globalização, em sua dialética global/local, reforça é a heterogeneidade e a hierarquização do espaço, complicando sobremaneira a sua configuração e levando a ter de conceituá-lo de outro modo. O que afirma Santos é a necessidade, nas novas condições, não de negar a territorialidade ou a espacialidade, mas de perceber, nela, uma nova organização, que ele denomina “meio técnico-científico-informacional”:

[A] divisão territorial do trabalho e do capital nos obriga a reconhecer diferenças de um novo tipo entre regiões. Como muitos objetos técnicos perduram de um período para outro e algumas normas intentam prolongar o passado, certos pontos do planeta aparecem como espaços letárgicos, vindos de uma lógica pretérita, isto é, lugares que incorporam muito incompletamente a modernização.

Outras áreas passam a dispor do conteúdo técnico, científico e informacional adequado às tarefas características do novo regime de acumulação. Criam-se **regiões do mandar** em oposição às **regiões do fazer**, em virtude das novas polarizações.

A requalificação do espaço resulta conforme, sobretudo, aos interesses dos agentes hegemônicos. Por conseguinte, a geografia assim desenhada, mais uma vez, é desigual e, nela, podem ser distinguidas **zonas luminosas, zonas opacas** e infinitas situações intermediárias.²¹

O que me parece indubitável é que, nas condições atuais, a categorização e o recorte do espaço para análise devam ser consideravelmente mais complexos - e quiçá mais mutáveis a curto prazo - do que na situação vigente há somente poucas décadas. Seria útil reunir

²⁰. Por exemplo: CURRY, Michael R. “Postmodernism, language, and the strains of modernism”. *Annals of the Association of American Geographers*. Volume 81, nº 2, 1991 pp. 210-228.

²¹. SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. “De uma geografia da pós-modernidade a uma geografia da globalização”. *Cultura Vozes*. Volume 91, nº 4, 1997, pp. 14-30: a citação é da pág. 26.

as considerações de geógrafos como Milton Santos²² a algumas das idéias de Marc Augé e, mais em geral, da antropologia do espaço, no sentido de elaborar novas ferramentas para enfrentar o estudo da espacialidade. Se bem que as reflexões que resumimos se refiram às circunstâncias do presente, como sempre acontece, essas noções sobre o mundo estritamente contemporâneo não deixarão de influir poderosamente também sobre as tentativas de análise espacial aplicadas a outros períodos da história.

4

Posições como a de Marc Augé em antropologia e a dos geógrafos que proclamam a “desterritorialização”, independentemente do grande interesse que apresentem e de elementos úteis de análise que possam conter, são carregadas de ideologia. Ao despersonalizarem os agentes que atuam nos não-lugares, ao desencorajarem o enfoque em termos de estados-nações ou de seus recortes regionais, vão no sentido que interessa a uma das tendências específicas que, do lado do poder, se referem à globalização e ao que seriam as estratégias necessárias diante de tal fenômeno no tocante ao desenvolvimento, à integração e à forma de inserção internacional.

Trata-se da postura conhecida como “consenso de Washington” ou “neoliberalismo”: uma visão fundamentalista da globalização que supõe - de forma doutrinária e irrealista - que o livre jogo do mercado garanta, por si, crescimento econômico e bem-estar social. Por tal razão, as políticas baseadas nesta tendência defendem a abertura e desregulamentação dos mercados, as privatizações a todo custo, o equilíbrio fiscal e a estabilidade de preços, com eliminação dos objetivos nacionais de desenvolvimento orientados pelo poder público.

Tal doutrina compete com outra, que encara o crescimento econômico como um processo endógeno no interior da economia mundial, acredita na necessidade de articular a intervenção pública com as forças do mercado e leva, por exemplo, à formação de blocos de mercados protegidos (NAFTA, Mercosul, Comunidade Européia) que manifestam a ambição de transcender a pura integração comercial, no

²². Ver, deste autor: *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. Cf. ainda: LAGOPOULOS, A. P. “Postmodernism, geography, and the social semiotics of space”. *Environment and planning*. Vol. 11, 1993, pp. 255-278.

sentido de aumentar a possibilidade de barganha e competição no nível mundial. Nesta perspectiva, governos tanto quanto agentes econômicos deveriam ser ativos na fixação de políticas e estratégias, acreditando-se que as metas de crescimento, desenvolvimento, proteção ambiental e outros objetivos desejáveis não podem ser alcançadas unicamente através da livre ação das forças do mercado.²³

As tensões e ambigüidades em torno de tais questões são evidentes. Ao mesmo tempo que pressionam constantemente o Japão em nome da abertura econômica desejável e do livre jogo do mercado, os Estados Unidos, por exemplo, agem para fins internos segundo uma lógica fortemente protecionista, mantendo mais de três mil limitações tarifárias às importações a seu próprio território (e, mesmo, manipulando esta política tarifária como força de pressão numa verdadeira guerra comercial), subsidiando com dinheiro público setores de sua economia interna como a agricultura, a indústria espacial e certas produções eletrônicas, bem como tratando de articular um bloco econômico próprio incluindo o Canadá e o México (NAFTA), com perspectivas de englobar, se possível, o resto do continente.

Estamos muito longe da visão simplificadora de uma dialética globalização/“tribalização” (ou pulverização) do espaço e dos fluxos econômicos e tecnológicos, vista ideologicamente ao mesmo tempo como a “vitória do indivíduo” ou “a vitória do consumidor” - num retorno aos velhos mitos burgueses do indivíduo totalmente livre, transparente a si mesmo e informado.

No conjunto, descartadas as propostas pós-modernas mais delirantes, equivalentes a mais uma “desconstrução” - desta vez do espaço ou do território -, notamos existir ainda a plena vigência do paradigma dos espaços regionais complexos segundo recortes que obedeçam a lógicas e dimensões variáveis, adaptadas às estratégias das diferentes pesquisas, como na proposta de Lacoste; a qual, por sua vez, já o vimos, reflete longínqua e indiretamente a convicção científica da inexistência de um espaço absoluto, autocontido, evidente por si mesmo e capaz de existir na independência de quaisquer conteúdos e processos.

²³. FERRER, Aldo. “Dois modelos de desenvolvimento”. *Gazeta Mercantil Latino-Americana* (Belo Horizonte). 5 a 11 de janeiro de 1998, suplemento “Semanário do Mercosul”, p. 25.

O que teve de mudar com o tempo, ajustando-se a novas realidades, decorreu da necessidade de levar em conta as maiores complexidade, heterogeneidade e - talvez - volatilidade das construções espaciais e seus recortes possíveis neste fim de século, posto que novos fatores, anteriormente menos visíveis como elementos decisivos, passaram a incidir com muito mais força nestas últimas décadas.

ABSTRACT

The article endeavors to show that the contemporary conceptions of space, territory or region relate, albeit indirectly, to the concept of space as defined in the current theories of natural science, namely the notion that there is no space independent of contents and processes. Also discussed are recent anthropological notions about space and those derived from the idea of a global economy: in which way do such trends change the historian's view of space?

Key-words: space; epistemology and theory of history; anthropology; global economy.